

Economistas propõem teto para juros de novos empréstimos

por Paulo Sotero
de Washington

Os bancos internacionais deveriam adotar, já, um sistema de teto reembolsável para os juros cobrados sobre novos empréstimos aos países endividados. Seria recomendável, igualmente, que os países industrializados apoiassem a criação de um novo programa de financiamento compensatório para juros no Fundo Monetário Internacional (FMI), para ajudar países devedores que negociarem acordos de reescalonamento sem pedir dinheiro novo, como fez o México, a contornar eventuais altas bruscas dessas taxas. Paralelamente, as fontes financeiras deveriam ser ampliadas e diversificadas, com a participação de companhias de seguro, instituições nacionais de crédito, como o Eximbank norte-americano e o Banco Mundial, no seguro dos empréstimos. O Banco Mundial, por fim, deveria ter sua autoridade de conceder garantia reforçada, para encorajar uma expansão do crédito privado a países que estão adotando políticas responsáveis. Isto seria alcançado através da alteração do requisito tradicional, segundo o qual tais garantias são abonadas dólar por dólar pelo capital do Banco Mundial.

Estas são algumas das recomendações feitas ontem, em Washington, pelos economistas C. Fred Bergstein, William R. Cline e John Williamson, do Institute for International Economics, um prestigiado centro privado de pesquisas econômicas sediado em Washington. Elas estão contidas num estudo intitulado "Bank Lending to Developing Countries: the Policy alternatives". O aspecto mais significativo do trabalho divulgado pelos três economistas não são tanto as recomendações que apresentam. Com pequenas alterações, todas elas já foram anteriormente aventadas.

Mais importante é o fato de elas terem partido de Bergstein, Cline e Williamson, três respeitados especialistas em finanças internacionais que, desde a eclosão da crise da dívida, em setembro de 1982,

credores da América Latina. Este dado, como admitiu o próprio Bergstein, revela que, se os banqueiros mantêm em público a mesma atitude da confiança exibida pelas autoridades dos países industrializados e das instituições internacionais, na realidade todos eles admitem, reservadamente, a possibilidade de o atual arranjo ser insuficiente e a necessidade de se ter à mão medidas alternativas que possam ser aplicadas em caso de novas emergências.

TETO PARA OS JUROS

Bergstein, Cline e Williamson argumentam que há necessidade de se ampliar o papel das instituições internacionais no encaminhamento da questão da dívida. "Houve progressos inegáveis até agora e soluções como, por exemplo, o reescalonamento plurianual da dívida. Mas incertezas substanciais persistem, seja em relação ao comportamento da taxa de juros, seja quanto às chances de sustentação do crescimento econômico nos países industrializados, o que é fundamental para a viabilidade do exercício que se está fazendo", diz Bergstein. Por isso, acrescenta, "pensamos que é o momento de se adotarem medidas estabilizadoras, como o teto reembolsável dos juros para novos empréstimos, e de se preparar em medidas de contingência, para emergências maiores, que ocorreriam em caso de os juros darem um salto". Entre as medidas de contingências citadas no estudo está a extensão da idéia do teto reembolsável de juros para empréstimos passados. Tais sugestões são viáveis para bancos europeus e japoneses. Teria de haver, contudo, mudanças de regulamentos bancários, nos EUA, para que elas se tornassem aplicáveis também pelos bancos americanos.

O estudo de Bergstein, Cline e Williamson analisa 24 opções diferentes, da capitalização de juros ao perdão da dívida, assinalando benefícios e prejuízos para os devedores, o impacto sobre os bancos, sua compatibilidade com os regulamentos e métodos de contabilidade bancária e os efei-

tos que a aplicação de cada uma delas teria sobre o sistema financeiro internacional. O documento visa a alimentar as discussões sobre a questão da dívida nas reuniões do Comitê Interno do FMI, marcadas para os dias 17 a 19 deste mês, e o encontro anual dos chefes de Estado e de governo dos países ricos, que acontecerá em Bonn, entre 2 e 4 de maio.